



REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SGPS, S.A.

**Relatório de Atividades da Comissão de Auditoria relativo ao exercício de 2021
(nos termos do artigo 423.º-F, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais)**

1. Introdução

A REN-Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN) adota o modelo de gestão e de fiscalização de inspiração anglo-saxónica que integra o Conselho de Administração e a Comissão Executiva, como órgãos de administração e gestão, e a Comissão de Auditoria (adiante designada “Comissão”) e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (abaixo designada como “Auditor Externo”) como órgãos de fiscalização e controlo.

A Comissão é composta pelos seguintes três membros do Conselho de Administração, não-executivos e independentes:

- Presidente: Manuel Sebastião;
- Vogal: Gonçalo Gil Mata; e
- Vogal: Rosa Freitas Soares.

O Presidente e o Vogal Gonçalo Gil Mata foram reeleitos em Assembleia Geral realizada a 23 de abril de 2021, para o triénio 2021-2023.

A Vogal Rosa Freitas Soares, foi eleita na Assembleia Geral realizada a 23 de abril de 2021, para o triénio 2021-2023.

Não obstante os desafios que surgiram, a Comissão cumpriu, durante o mandato que agora termina, com as suas obrigações e manteve-se atenta às necessidades e desafios enfrentados pelo Grupo REN.

O ano de 2021 continuou a ser desafiante devido à pandemia, que veio mudar, de modo significativo, as circunstâncias em que a Comissão desempenhou as suas funções.

Todos os membros da Comissão observam os critérios de compatibilidade para o exercício da respetiva função que se encontram previstos no artigo 4.º do Regulamento da Comissão de Auditoria.

Os principais poderes e competências, formas de organização e de funcionamento da Comissão, estão descritos no respetivo Regulamento Interno, o qual pode ser consultado no sítio da Internet oficial da REN em <http://www.ren.pt> em português e na sua tradução para a língua inglesa.



REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SGPS, S.A.

2. Atividade desenvolvida pela Comissão de Auditoria relativamente ao exercício de 2021

O ano de 2021 continuou a ser marcado com os efeitos da pandemia Covid-19. A Comissão realizou 14 reuniões no decurso do ano. Em todas as reuniões estiveram os três membros presentes, sendo que, sempre que necessário, as reuniões se realizaram por meios telemáticos devido às restrições impostas pela pandemia.

Nessas reuniões, a convite da Comissão, participaram, sempre que oportuno, o Responsável pela Auditoria Interna, o Auditor Externo, o Administrador Responsável pela área financeira e vários diretores da REN.

No desempenho das suas competências a Comissão dispôs dos meios e recursos necessários para o efeito. A Comissão desenvolveu ações que se concentraram nos aspetos que serão analisados de seguida.

2.1. Fiscalização da administração da REN, da observância da lei e do Contrato de Sociedade

A Comissão procedeu, durante o ano de 2021, ao acompanhamento do funcionamento do sistema de governo societário adotado pela REN.

As ações desenvolvidas pela Comissão relativas ao cumprimento das normas legais e estatutárias, que tiveram sempre em consideração a estrutura de governo societário em vigor na empresa, incluíram, entre outras, a análise e avaliação das conclusões formuladas pelo Auditor Externo, fornecidas à Comissão ao longo do ano.

A Comissão efetuou também o acompanhamento da evolução das disposições legais e regulamentares, bem como das recomendações relevantes para o desempenho das suas funções, designadamente no que respeito à supervisão das atividades do Auditor Externo.

Para efeitos do exercício da sua atividade fiscalizadora, a Comissão teve acesso a toda a informação necessária e colaboradores da Sociedade, para a avaliação da situação e perspetivas de desenvolvimento da Sociedade. Em particular, a Comissão recebeu e apreciou as atas das reuniões realizadas pela Comissão Executiva durante o ano de 2021 (incluindo a respetiva documentação de suporte), tendo pedido esclarecimentos sobre os aspetos das mesmas, sempre que considerou oportuno, tendo tais esclarecimentos sido devidamente prestados.



REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SGPS, S.A.

2.2. Fiscalização da informação financeira

Neste âmbito, foram realizadas reuniões da Comissão com o Auditor Externo, com o Administrador Executivo responsável pelo pelouro financeiro e com a Responsável pela área de Controlo, Contabilidade e Fiscalidade.

A supervisão do cumprimento das políticas, critérios e práticas contabilísticas, estimativas, julgamentos, divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios e da fiabilidade da informação financeira foi também exercida, através da apreciação das conclusões das auditorias e das avaliações de procedimentos efetuados, durante o exercício, pelo Auditor Externo.

A Comissão apreciou as demonstrações financeiras consolidadas da REN, SGPS, S.A. relativas ao período findo em 30 de junho de 2021.

A Comissão procedeu à fiscalização da revisão legal e auditoria externa aos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2021, tendo concluído que as mesmas foram realizadas de forma adequada e que abrangeram as atividades exigidas pelos artigos 446.º e 451.º do Código das Sociedades Comerciais (designadamente quanto à regularidade dos registos contabilísticos e documentos de suporte, políticas contabilísticas e critérios valorimétricos, exatidão dos documentos de prestação de contas e certificação legal de contas).

A Comissão analisou ainda o Relatório de Governo Societário da REN.

2.3. Acompanhamento e fiscalização da eficácia dos processos de controlo interno e de gestão de riscos

A Comissão realizou diversas ações de acompanhamento, fiscalização e avaliação do funcionamento e adequação dos processos de controlo interno, de gestão de riscos e de auditoria interna.

A Comissão continua a considerar que os órgãos de administração e os órgãos de fiscalização da REN têm atribuído relevo ao desenvolvimento e melhoria dos processos de controlo interno e de gestão de risco, nas vertentes estratégica, operacional, económica e financeira, de *compliance*, de recursos humanos e de salvaguarda dos ativos.

O trabalho desenvolvido em torno destes processos tem tido um efeito relevante na atividade das empresas da REN, em linha com a sua dimensão, as características do negócio, e a complexidade dos riscos inerentes à atividade.



REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SGPS, S.A.

A Comissão realizou diversas diligências de fiscalização, de auditoria e de avaliação do funcionamento e adequação dos processos de controlo interno e de gestão de riscos. Realizou várias reuniões com o Auditor Externo bem como com os responsáveis por várias direções cujas atividades têm impacto sobre os processos de controlo interno e de gestão de riscos, designadamente:

- Compras;
- Controlo, Contabilidade e Fiscalidade;
- Serviços Operacionais;
- Sistemas de Informação;
- Relações Institucionais; e
- Serviços Jurídicos.

Foram analisados pela Comissão os relatórios a este respeito elaborados pelo Auditor Externo e transmitidas aos órgãos de gestão e administração da empresa, as conclusões consideradas relevantes, assim como todos os relatórios preparados pela Direção de Auditoria Interna.

Foi também efetuado o acompanhamento da implementação das recomendações resultantes das diversas auditorias internas e, por outro lado, da atividade prosseguida pelo Comité de Gestão de Risco da REN, que tem como missão apoiar o Conselho de Administração em matéria de riscos do Grupo REN.

Neste contexto, a Comissão efetuou uma audição com o Comité de Gestão de Risco.

2.4. Supervisionar a atividade da Auditoria Interna da REN

A Comissão supervisionou a atividade da Direção de Auditoria Interna, a qual reporta funcionalmente à Comissão.

A Auditoria Interna desenvolveu a sua atividade em conformidade com um plano anual aprovado pela Comissão. Para determinar as atividades a serem desenvolvidas prioritariamente, a Comissão ponderou o âmbito das iniciativas, a sua relevância, bem como a disponibilidade de recursos afetos a esta atividade.

A execução das atividades da Direção de Auditoria Interna foi monitorizada com regularidade pela Comissão, designadamente no que respeita a conclusões sobre a forma como são geridos os riscos relacionados com os processos, sistemas e unidades de negócio da empresa. As propostas de melhoria, que se traduziram na apresentação de recomendações, diziam respeito tanto a processos de controlo interno como de gestão



REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SGPS, S.A.

de risco e foram alvo de acompanhamento. Para este efeito, a Comissão teve acesso a todos os relatórios preparados pela Direção de Auditoria Interna, os quais incluíam, entre outros, matérias relacionadas com controlo interno, gestão de risco e *compliance*.

A Comissão considera que a Direção de Auditoria Interna desempenhou a suas funções com independência, objetividade e competência e que, na execução das auditorias internas, foi dada atenção à avaliação dos processos de controlo interno, ao cumprimento dos procedimentos estabelecidos, à integridade da informação produzida e divulgada, à eficiente utilização dos recursos, ao eficaz controlo dos processos, ao cumprimento com a legislação e regulamentos em vigor bem como à avaliação e minimização dos riscos identificados.

Os resultados dos trabalhos da Auditoria Interna foram dados a conhecer, sempre que adequado, à Comissão Executiva, ao Conselho de Administração bem como ao Auditor Externo, conforme as atribuições de cada um destes órgãos na gestão e na fiscalização da atividade da empresa.

2.5. Apreciação da atividade e fiscalização da independência do Auditor Externo

Durante o ano, a Comissão exerceu a sua função como interlocutor da Sociedade junto do Auditor Externo. A Comissão recebeu os respetivos relatórios e prestou toda a atenção para que fossem asseguradas as condições adequadas à prestação dos seus serviços.

A Comissão procedeu, em 2021, à apreciação da atividade do Auditor Externo, fazendo o acompanhamento regular da sua atividade designadamente através da análise dos relatórios periódicos e do acompanhamento dos trabalhos de revisão e auditoria, e avaliou as recomendações de alterações de procedimentos formuladas pelo Auditor Externo.

A Comissão procedeu também a uma avaliação anual dos trabalhos do Auditor Externo em 2021, considerando que este prestou os seus serviços de modo satisfatório, tendo cumprido as normas e regulamentos aplicáveis, incluindo as normas internacionais de auditoria em vigor e revelado adequado rigor técnico na sua atuação.

Compete ainda à Comissão supervisionar e avaliar a atividade e independência do Auditor Externo da REN, aprovar os respetivos honorários pela prestação de serviços de auditoria, bem como a contratação de serviços adicionais.

Em conformidade com as regras de independência estabelecidas em relação ao Auditor Externo, a Comissão acompanhou, no decurso do ano, a prestação de serviços não relacionados com auditoria (*non-audit services*) de modo a assegurar-se que não se suscitavam



REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SGPS, S.A.

situações de conflito de interesses e os seus custos respeitavam os limites estabelecidos pelo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria. A prestação destes serviços pelo Auditor Externo foi aprovada pela Comissão, por considerar que se tratava de matérias em relação às quais o conhecimento específico em termos de auditoria da Sociedade, ou ainda a sua complementaridade face aos serviços de auditoria, justificavam a respetiva adjudicação.

Em 2021, a Comissão autorizou 4 solicitações de serviços distintos de auditoria, que se relacionaram com as seguintes exigências: (i) revisão limitada das contas intercalares de 30 de Junho de 2021; (ii) procedimentos de garantia de fiabilidade prestados pelo auditor externo no âmbito da emissão de cartas conforto relativas ao programa EMTN – Euro Medium Term Notes ao abrigo do qual o Grupo REN emite empréstimos obrigacionistas; (iii) de rácios financeiros definidos no contrato de financiamento com o BEI – European Investment Bank; e (iv) exame sobre a repercussão das taxas de ocupação do subsolo, para reporte à ERSE, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020.

2.6. Transações da Sociedade com partes relacionadas

Encontram-se descritos no Relatório de Governo Societário referente a 2021 os elementos principais dos negócios e operações realizados entre, por um lado, sociedades do Grupo REN e, por outro, os titulares de participações qualificadas ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários.

Durante o ano, a Comissão procedeu à verificação prévia de três transações comerciais, uma vez que se verificaram os requisitos em que aquela intervenção é exigida, nos termos do Regulamento Interno (“Apreciação e controlo de transações com partes relacionadas e prevenção de situações de conflito de interesses”).

Após ter aferido, nas operações que lhe foram submetidas, da adequação dos procedimentos pré-contratuais e contratuais adotados, e da razoabilidade e adequação da fundamentação apresentada – em particular à luz do interesse social e comparabilidade com as condições normais de mercado – a Comissão decidiu emitir o correspondente parecer prévio favorável.

2.7. Comunicação de irregularidades

O “Procedimentos aplicáveis ao tratamento de comunicações de irregularidades e à averiguação de irregularidades”, incluído no Código de Conduta do Grupo REN, que



REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SGPS, S.A.

foi atualizado em 2021, descreve os procedimentos aplicáveis à receção e tratamento das comunicações de irregularidades apresentadas pelos interessados e à averiguação da efetiva existência das irregularidades e sua sanção.

Os acionistas, membros dos órgãos sociais, colaboradores, prestadores de serviços, clientes, fornecedores e outros *stakeholders* da REN ou de sociedades do Grupo REN, podem comunicar à Comissão quaisquer práticas irregulares de que tenham conhecimento ou fundadas dúvidas, designadamente de forma anónima. Serve este procedimento para prevenir, impedir e sanar irregularidades, bem como permitir o sancionamento de quem for considerado infrator.

Em 2021 a Comissão tomou conhecimento de dois casos que foram enquadrados como potenciais irregularidades, tendo ambos os casos sido devidamente concluídos em 2021, em termos das averiguações efetuadas pela REN. Durante o ano, foram ainda complementados dois casos de potenciais irregularidades que tinham sido reportados em 2020.

Lisboa, 8 de março de 2022

Manuel Ramos de Sousa Sebastião (Presidente)

Gonçalo Miguel Marques dos Santos Gil Mata (Vogal)

Rosa Freitas Soares (Vogal)